

O RACISMO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

Maria Estevez Monteiro ¹
Estéfany de Fátima Moraes Xavier ²
Andreia Arantes Borges ³

RESUMO

O racismo ambiental evidencia como populações negras, indígenas, periféricas e tradicionais são, sistematicamente, expostas aos impactos ambientais e excluídas dos processos de decisão e das políticas públicas de proteção. Neste sentido, torna-se importante discutir o racismo ambiental diante das profundas desigualdades históricas, sociais e estruturais que atravessam o território e as pessoas que nele habitam. Assim, tratar o racismo ambiental como um fenômeno articulador de classe, raça e território, possibilita à Educação Ambiental Crítica emergir como uma abordagem necessária para problematizar as condições de vida de sujeitos historicamente marginalizados. Diante deste cenário, o presente trabalho relata as experiências vivenciadas pelas bolsistas de iniciação à docência do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), núcleo Biologia/Química da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), ao discutir o racismo ambiental de forma contextualizada no ambiente escolar. Os estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental II de uma escola pública situada na periferia do município de Itajubá-MG participaram de diversas atividades envolvendo dinâmicas em grupo, leitura crítica de notícias e exibição de vídeos. Tais atividades visaram promover a compreensão do racismo ambiental a partir da perspectiva da Educação Ambiental Crítica, com ênfase na relação entre território, desigualdade socioambiental e justiça. Os resultados foram organizados em três categorias: compreensão associativa, reconhecimento de injustiças e entendimento estrutural. Observou-se um avanço na compreensão crítica dos estudantes que passaram a relacionar o racismo ambiental a condições concretas de exclusão em seus territórios. Essa nova percepção ampliou sua visão de mundo, fazendo com que se reconhecessem não apenas como espectadores da crise ambiental, mas como agentes históricos ativos que vivem e resistem em territórios frequentemente negligenciados pelos poderes públicos. Desta forma, a experiência vivenciada evidenciou o potencial da escola pública como espaço de formação para a leitura crítica da realidade e para o fomento de práticas pedagógicas contextualizadas.

Palavras-chave: Racismo ambiental, Educação ambiental crítica, Desigualdade socioambiental, Periferia.

INTRODUÇÃO

¹Graduanda do Curso de Ciências Biológicas Licenciatura da Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI, mariaestevez@unifei.edu.br;

²Graduanda pelo Curso de Ciências Biológicas Licenciatura da Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI, d2023009520@unifei.edu.br;

³ Professora orientadora: Doutora, Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI, andreiaborges@unifei.edu.br.

Por que o direito ao meio ambiente ainda é privilégio de poucos, enquanto a maioria vive entre lama, lixo e silêncio estatal? Essa desigualdade não é apenas socioeconômica, mas também racial e ambiental. Nesse contexto, o conceito de Racismo Ambiental, proposto pelo reverendo Benjamin Chavis em 1982, evidencia que populações negras, indígenas, periféricas e tradicionais são, sistematicamente, expostas aos maiores impactos ambientais e excluídas dos processos de decisão e das políticas públicas de proteção (Faillace, 2024).

No contexto brasileiro, essa forma de racismo se manifesta tanto pela ação quanto pela omissão do Estado, refletindo um modelo de desenvolvimento que, historicamente, concentra riscos em populações de territórios racializados (Valentim et al., 2024). Esse processo se articula a estruturas de poder que, a longo do tempo e espaço, naturalizam a maior exposição de certos grupos à degradação ambiental (Nascimento et al., 2023; Faillace, 2024).

Discutir o racismo ambiental no Brasil é urgente diante das profundas desigualdades históricas, sociais e estruturais. A degradação ambiental afeta desproporcionalmente populações racializadas e carentes, refletindo um modelo de desenvolvimento que privilegia certos grupos, em detrimento de outros. Pacheco e Faustino (2013) destacam que disputas por território e direitos socioambientais já nascem marcadas por desigualdades étnico-raciais. Essas desigualdades se consolidam pela omissão do Estado, falta de infraestrutura básica, negação do direito à participação popular e criminalização das formas de resistência à opressão (Valentim et al., 2024). Assim, enfrentar o racismo ambiental é romper com a naturalização da exclusão de parcelas significativas da população brasileira (Nascimento et al., 2023).

Ao compreender o racismo ambiental como um fenômeno articulador de classe, raça e território, permite-se que a educação ambiental crítica se revele como uma abordagem capaz de problematizar as condições de vida de sujeitos historicamente marginalizados. Segundo Loureiro (2006), essa abordagem rompe com práticas educativas reproduzitivas, ao articular as dimensões sociais e ecológicas da realidade, compreendendo o ambiente como uma construção mediada por relações de poder. Mais do que promover comportamentos “ecologicamente corretos”, trata-se de formar sujeitos capazes de realizar uma leitura crítica do mundo e intervir de forma emancipatória. Essa proposta pressupõe o reconhecimento das



múltiplas determinações que estruturam o cotidiano dos estudantes, entre as quais destacam as desigualdades raciais, territoriais e institucionais (Martins e Sánchez, 2007).

Nesse contexto a escola pública, especialmente aquela localizada em regiões periféricas, assume um papel estratégico na construção de práticas pedagógicas transformadoras. Mais do que transmitir conteúdos formais, a escola deve ser compreendida como espaço de luta, possibilidade e, sobretudo, resistência. Stortti e Sanchez (2019) destacam que ainda é comum observar uma educação ambiental escolar pautada por abordagens conservadoras e despolitizadas, que desconsideram os conflitos socioambientais vivenciados cotidianamente por estudantes de regiões periféricas. Ao incorporar os saberes locais e valorizar as experiências dos sujeitos, a escola pode contribuir para a formação de uma consciência crítica, atenta às desigualdades ambientais e aos seus determinantes históricos. Ao abordar o racismo ambiental de forma contextualizada, a educação formal permite que os estudantes se reconheçam como agentes atuantes em territórios historicamente marginalizados.

Desta forma, o presente trabalho relata a experiência vivenciada pelas bolsistas de iniciação à docência do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), núcleo Biologia/Química da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), ao se trabalhar o Racismo Ambiental com estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental II de uma escola pública localizada na periferia do município de Itajubá-MG. A proposta integrou um conjunto de atividades realizadas em duas aulas consecutivas voltadas à Educação Ambiental Crítica, buscando promover reflexões sobre território, consumo e justiça socioambiental, a partir da realidade vivida pelos próprios estudantes.

A experiência evidenciou um avanço significativo na compreensão crítica dos estudantes ao relacionarem o racismo ambiental a exclusões territoriais concretas. Assim, o trabalho reforçou a necessidade de um ensino contextualizado que contribua para a construção de saberes e estimule uma consciência política e ambiental, essencial para desafiar e transformar os espaços historicamente naturalizados de exclusão.

METODOLOGIA





A experiência pedagógica relatada foi desenvolvida com uma turma do 6º ano do Ensino Fundamental II de uma escola pública situada em região periférica do município de Itajubá/MG, no âmbito das ações do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), núcleo Biologia/Química. As atividades foram realizadas ao longo de duas aulas consecutivas organizadas com base em uma abordagem crítica e participativa, tendo como eixo central a problematização do racismo ambiental a partir da realidade territorial dos estudantes.

Para a condução das atividades, adotou-se a prática expositiva dialogada que articula a apresentação sistematizada dos conteúdos com momentos de escuta, questionamento e construção coletiva dos saberes (Dias Junior e Feitosa, 2016).

Incialmente, foi aplicada a “Dinâmica do Bis”, elaborada pelas autoras, que consistiu na distribuição propositalmente desigual de chocolates entre os participantes e observou-se suas reações espontâneas. A partir das manifestações e comentários dos alunos, estabeleceu-se um diálogo inicial sobre justiça, privilégio e desigualdade, além de se introduzir a discussão acerca do Racismo Ambiental por meio da apresentação de imagens previamente selecionadas. Essas imagens retratavam contrastes urbanos, como áreas com arborização intensa e outras desmatadas, habitações precárias e regiões sujeitas às enchentes ou a deslizamentos de terra.

Durante a conversa guiada, os termos e expressões mencionados pelos estudantes foram registrados na lousa, resultando na construção colaborativa de uma nuvem de palavras que permitiu organizar visualmente as ideias produzidas ao longo da discussão, orientando o desenvolvimento da aula com base nas percepções dos estudantes, valorizando as suas contribuições.

Em seguida, foram apresentadas duas reportagens curtas que abordavam desigualdades socioambientais no contexto urbano brasileiro: “Em Belo Horizonte, arborização dos bairros repete padrão de desigualdade social comum a grandes cidades sul-americanas” (Unesp, 2024) e “Falta de serviços básicos preocupa periferias, aponta G20 Favelas” (Agência Brasil, 2024). Após a leitura e discussão coletiva dos textos, os termos e expressões mencionados pelos alunos foram incorporados à nuvem de palavras previamente construída na lousa, registrando as novas percepções dos estudantes.

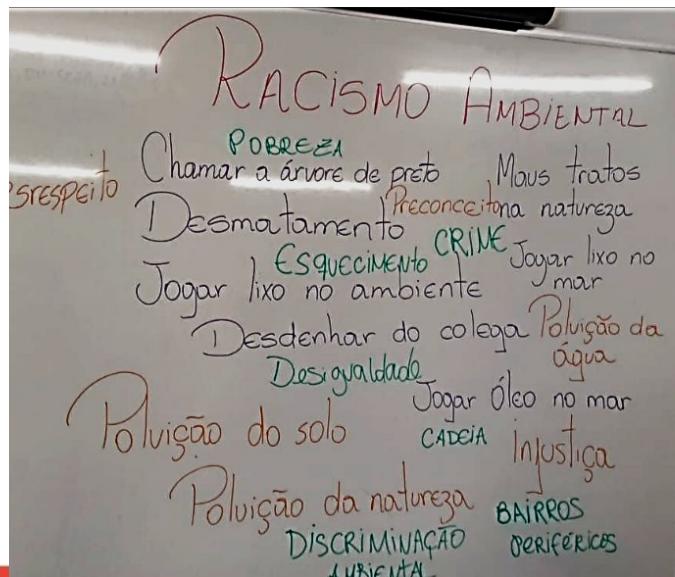
Por fim, foram exibidos dois vídeos curtos sobre o conceito de racismo ambiental: “Racismo ambiental: o que é?” (Brasil de Fato) e “Racismo ambiental em 1 minuto” (Canal Plenarinho). Após a exibição dos vídeos, realizou-se uma discussão coletiva, na qual os estudantes compartilharam suas compreensões, dúvidas, bem como suas novas percepções sobre o tema que foram registradas na nuvem de palavras. Em seguida, as bolsistas de iniciação à docência retomaram os principais conceitos explorados ao longo da aula, consolidando a aprendizagem e compreensão coletiva acerca do racismo ambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades desenvolvidas possibilitaram identificar um avanço progressivo na compreensão dos estudantes sobre o conceito de Racismo Ambiental. A construção colaborativa de uma nuvem de palavras funcionou como um instrumento de acompanhamento e sistematização do processo de aprendizagem, permitindo visualizar como os significados foram sendo ampliados e ressignificados ao longo das discussões.

A Figura 1 apresenta a nuvem de palavras, organizada com cores diversificadas a cada etapa das atividades e sintetiza o avanço na compreensão dos estudantes quanto ao Racismo Ambiental à medida que as discussões foram se aprofundando.

Figura 1. Palavras e expressões mencionadas pelos estudantes a cada atividade para verificação da compreensão do Racismo Ambiental. Designações em cor azul: significados atribuídos após a realização da “Dinâmica do Bis”; Cor laranja: significados atribuídos após a leitura das reportagens e visualização de imagens; Cor verde: significados atribuídos após a exibição dos vídeos e sistematização conceitual.



Fonte: Autoria própria (2025).

De acordo com Nascimento e Coelho (2009), essa abordagem gradual favorece a articulação entre os saberes prévios dos estudantes e os novos conteúdos, promovendo conexões significativas entre teoria e vivência.

A interpretação das percepções construídas ao longo das atividades foi estruturada em três categorias de análise, correspondentes às etapas do desenvolvimento conceitual progressivo dos estudantes acerca do Racismo Ambiental, conforme apresentado a seguir.

Categoria 1- Compreensão superficial e associativa

Após a realização da “Dinâmica do Bis”, e previamente à apresentação dos conceitos teóricos, os estudantes foram convidados a manifestar livremente suas percepções sobre o termo “racismo ambiental”. Os termos e expressões mencionados pelos estudantes encontram-se sistematizados na Tabela 1.

Tabela 1. Termos e expressões que integraram inicialmente a nuvem de palavras integrando a categoria “Compreensão superficial e associativa”.

Atividade	Termos e Expressões
“Dinâmica do Bis”	“chamar árvore de preto”; “desdenhar do colega”; “desmatamento”; “maus tratos na natureza”; “jogar lixo no mar”

Fonte: Autoria própria (2025).

Os termos e expressões mencionados pelos alunos revelaram um entendimento inicial fragmentado, no qual práticas de agressão à natureza foram associadas a concepções abstratas de discriminação interpessoal. Essa prevalência de sentidos individuais e desvinculados de uma perspectiva estrutural indicou um desconhecimento prévio sobre as relações entre racismo, território e meio ambiente, conforme problematizado por Faillace (2024).

Categoria 2 - Reconhecimento de injustiças ambientais

Neste momento, foram introduzidos novos elementos à elaboração das ideias, por meio da leitura de reportagens, que tratavam da arborização desigual em bairros de Belo Horizonte (Unesp, 2024) e da ausência de serviços básicos nas periferias brasileiras (Agência Brasil, 2024), além da apresentação de imagens sobre desigualdade urbana e ambiental. A partir desses materiais, novos termos e expressões foram inseridos na nuvem de palavras (Tabela 2).

Tabela 2. Termos e expressões inseridos na nuvem de palavras integrando a categoria “Reconhecimento de injustiças ambientais”.

Atividade	Termos e Expressões
Leitura de reportagens e visualização de imagens	“preconceito”; “poluição do solo”; “injustiça”; “poluição da água”; “desrespeito”; “poluição da natureza”

Fonte: Autoria própria (2025).

O vocabulário registrado nesse momento evidenciou um avanço na compreensão dos estudantes, que passaram a relacionar o racismo ambiental a dimensões estruturais como precariedade, ausência de infraestrutura adequada e distribuição desigual de recursos urbanos. Essa ampliação conceitual corrobora os estudos de Nascimento et al. (2023), ao caracterizarem o racismo ambiental como um processo seletivo de exclusão territorial, sustentado pela omissão do Estado. A mediação por textos e imagens mostrou-se eficaz ao favorecer a mudança de percepções fragmentadas para uma compreensão crítica e estruturada, permitindo o reconhecimento e a problematização de injustiças, até então, naturalizadas.

Categoria 3 - Entendimento estrutural e territorializado

Após a exibição de vídeos explicativos, observou-se um avanço mais consistente na interpretação do conceito de Racismo Ambiental, conforme evidenciado pelos termos e expressões dispostos na Tabela 3.

Tabela 3. Termos e expressões inseridos na nuvem de palavras integrando a categoria “Entendimento estrutural e territorializado”.

Atividade	Termos e Expressões
-----------	---------------------



Exibição de vídeos e sistematização conceitual

“pobreza”; “crime”; “esquecimento”; “desigualdade”; “cadeia”; “discriminação ambiental”; “bairros periféricos”

Fonte: Autoria própria (2025).

Essas palavras evidenciam a consolidação de uma compreensão mais estruturada, na qual o Racismo Ambiental é reconhecido como um fenômeno que envolve classe, raça e território (Nascimento et al., 2023). Conforme discutido por Valentim et al. (2024), a atuação do Estado, por meio de ações e omissões, reforça práticas que invisibilizam os impactos ambientais sobre populações racializadas e marginalizadas. A incorporação dessa dimensão estrutural às análises desenvolvidas em sala de aula demonstra o grande potencial formativo da abordagem crítica desse tema.

Além das palavras registradas, comentários espontâneos dos estudantes como “Por que lá tem mais árvores que aqui?” e “Isso acontece só na nossa cidade?” evidenciaram seu envolvimento com o tema e a mobilização de vivências concretas no processo de aprendizagem. Tais manifestações demonstraram que a abordagem favoreceu a reflexão a partir do território vivido, alinhando-se aos princípios pedagógicos que valorizam o diálogo, a problematização da realidade e a educação ambiental crítica (Freire, 1996; Loureiro, 2006).

Desta forma, a experiência demonstrou que a metodologia focada no diálogo, no protagonismo estudantil e na mediação crítica contribuiu para a construção de um entendimento mais aprofundado sobre o Racismo Ambiental. A nuvem de palavras atuou como um recurso ilustrativo, bem como uma ferramenta de análise para verificar o avanço das percepções dos alunos, revelando o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre um tema frequentemente negligenciado nas discussões escolares. A promoção desse tipo de reflexão é fundamental para desnaturalizar as desigualdades socioambientais, vinculando-as às suas origens no racismo estrutural e ampliando o debate crítico no contexto educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade desenvolvida demonstrou a relevância de se abordar a temática do Racismo Ambiental no contexto da Educação Básica, especialmente em escolas situadas em territórios de vulnerabilidade social. Ao articular o uso de recursos pedagógicos, como a



“Dinâmica do Bis”, ao estímulo da escuta ativa, a proposta possibilitou que os estudantes ressignificassem suas vivências e compreendessem as relações entre desigualdade socioambiental, exclusão territorial e racismo estrutural.

A categorização analítica da nuvem de palavras permitiu acompanhar o avanço na compreensão do conceito ao longo da aula. A transição de percepções fragmentadas e associativas para uma leitura mais crítica e territorializada do Racismo Ambiental, dentro dos padrões e níveis de compreensão que se esperam de uma turma do sexto ano do Ensino Fundamental II, evidencia a importância de estratégias baseadas na problematização das realidades vividas para o desenvolvimento de uma consciência social.

Diante da complexidade das injustiças socioambientais que atravessam o cotidiano de grande parte da população brasileira, reforça-se a necessidade de ampliar o desenvolvimento de práticas pedagógicas que abordam o Racismo Ambiental de forma crítica e acessível aos estudantes do Ensino Fundamental, fortalecendo a formação cidadã. Trabalhar essas questões de modo contextualizado, conectado à realidade vivida pelos sujeitos, contribui não apenas para a construção de conhecimentos, mas também para o fomento de uma consciência política e ambiental, capaz de questionar e transformar os espaços de exclusão, até então, historicamente naturalizados.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão das bolsas de iniciação à docência, supervisão e coordenação de área que viabiliza o planejamento das atividades apresentadas no presente trabalho.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Falta de serviços básicos preocupa periferias, aponta G20 Favelas. Agência Brasil, publicado em 13 nov. 2024, por Cristina Índio do Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-11/falta-de-servicos-basicos-preocupa-periferias-aponta-g20-favelas> . Acesso em: 14 maio 2025.

BRASIL DE FATO. Racismo Ambiental: O que é? [vídeo]. YouTube, 27 set. 2022. Disponível em: https://youtu.be/LEe7U7wbddU?si=ecd718m7Qf_T086T . Acesso em: 14 maio 2025.

CANAL PLENARINHO. **Racismo Ambiental em 1 minuto.** [vídeo]. YouTube, 20 nov. 2021. Disponível em: https://youtu.be/GJFvE-dgBwY?si=824c6kc_rd38atbN. Acesso em: 14 maio 2025.

DIAS JUNIOR, G.; FEITOSA, A.M. A prática expositiva dialogada: entre o discurso e a prática docente. **Revista Educação em Questão**, v. 54, n. 43, p. 145-162, 2016.

FAILLACE, J.L.O. **Narrativas sobre Racismo Ambiental:** uma análise nas mídias sociais em torno de discursos políticos do meio jornalístico. Orientador: Paulo Nunes. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Universidade Federal de Itajubá, 2024.

FERREIRA, J.E.; PEREIRA, S.G.; BORGES, D.C.S. A importância da educação ambiental no ensino fundamental. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, São Gotardo, n. 7, p. 104–119, 2013.

LOUREIRO, C.F.B. **Educação ambiental e movimentos sociais:** a construção de uma cidadania ambiental crítica. São Paulo: Cortez, p. 208, 2006.

MARTINS, P.; SÁNCHEZ, C. Educação ambiental escolar: caminhos e cruzamentos rumo à educação ambiental crítica. **Educazione Aperta**, n. 7, p. 201–208, 2020.

NASCIMENTO, K.L.; AZEVEDO, S.L.M.; ALMEIDA, M.S.P. As múltiplas faces do racismo ambiental no Brasil: uma revisão sistemática. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Curitiba, v. 21, n. 6, p. 5072–5089, 2023.

NASCIMENTO, S.S.B.; COELHO, C.P. **Utilização da prática expositiva dialógica para o ensino de Biologia.** In: Congresso Nacional de Educação, Jataí. Universidade Federal de Goiás, Anais, 2009.

PACHECO, T.; FAUSTINO, C. **A iniludível e desumana prevalência do racismo ambiental nos conflitos do Mapa.** In: PORTO, Maria Fátima; PACHECO, Tania; LEROY, Jean-Pierre (org.). Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 73–114, 2013.

STORTTI, M.A.; SANCHEZ, C.P. Diálogos entre a formação inicial docente em biologia e a temática da justiça, conflitos e racismo ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 36, n. 2, p. 60–82, 2019.

UNESP. Em Belo Horizonte, arborização dos bairros repete padrão de desigualdade social comum a grandes cidades sul-americanas. **Jornal da UNESP**, Rio Claro, 21 fev. 2024. Disponível em:

<https://jornal.unesp.br/2024/02/21/arborizacao-dos-bairros-de-belo-horizonte-repete-padroao-de-desigualdade/>. Acesso em: 14 maio 2025.





X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

VALENTIM, M.I.; MAZZUTTI, G.D.; PICANÇO, K.C.L.; SEKINE, E.S.; BERTONI, D.; ANTIQUEIRA, L.M.O.R. Discussões iniciais sobre racismo ambiental: uma questão de injustiça. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 19, n. 7, p. 17–29, 2024.

